



Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

Relatório do Auditor Independente acompanhado  
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	7
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017	13

# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil  
T +55 21 3259.9234  
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN**  
Camaçari - BA

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### **Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.c às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Outros assuntos

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa  
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - BA

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - BA

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLNBALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.016	7.146
Contas a receber	4	2.147	1.802
Tributo a recuperar	5.a	852	1.446
Estoques		122	46
Despesas antecipadas		313	247
Partes relacionadas	6	2	2
Outros ativos circulantes		2	28
Total do ativo circulante		<u>16.454</u>	<u>10.717</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos judiciais	11	1.055	1.044
Outros ativos não circulantes		1.304	783
Imobilizado	7	1.375	1.514
Intangível	8	109.398	111.092
Total do ativo não circulante		<u>113.132</u>	<u>114.433</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>129.586</b></u>	<u><b>125.150</b></u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		2.410	3.042
Empréstimos e financiamentos	9	4.541	7.235
Tributos a recolher	5.c	1.356	1.325
Obrigações com empregados e administradores	10	1.924	2.420
Partes relacionadas	6	424	186
Juros sobre capital próprio e dividendos	5/12.e	5.722	3.676
Outros passivos circulantes		-	29
Total do passivo circulante		<u>16.377</u>	<u>17.913</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	<u>25.626</u>	<u>29.954</u>
Dívida bruta		27.809	31.941
Aplicação vinculada		(2.183)	(1.987)
Tributos a recolher	5.c	1.271	1.115
Impostos diferidos	5.b	2.545	2.992
Provisões para riscos processuais	11	1.101	741
Outros passivos não circulantes		224	231
Total do passivo não circulante		<u>30.767</u>	<u>35.032</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	12	32.171	31.394
Reserva de capital	12.d	-	777
Reservas de lucros	12.c /d	33.101	22.864
Subtotal		65.272	55.035
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.b	<u>17.170</u>	<u>17.170</u>
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		<u>82.442</u>	<u>72.205</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>129.586</b></u>	<u><b>125.150</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	13	51.783	48.833
Receita de construção	13	1.576	358
Custo dos serviços prestados	13	(23.199)	(26.264)
Custo de construção	13	(1.561)	(356)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>28.599</b>	<b>22.571</b>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	13	(12.582)	(11.006)
Outras receitas	13	-	38
<b>LUCRO ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>		<b>16.017</b>	<b>11.603</b>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	14	1.066	1.014
Despesas financeiras	14	(1.523)	(1.852)
Total		(457)	(838)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>15.560</b>	<b>10.765</b>
Imposto de renda e contribuição social		(1.462)	(448)
Correntes	5.d	(1.909)	(761)
Diferidos	5.d	447	313
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>14.098</b>	<b>10.317</b>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em Reais - R\$)	15	0,449	0,329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLNDEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>14.098</u>	<u>10.317</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>14.098</u>	<u>10.317</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
				Legal	Especial	Incentivos fiscais					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015											
Lucro líquido do exercício		31.394	777	1.151	13.195	2.526	-	49.043	17.170	66.213	
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	10.317	10.317	-	10.317	
Reserva de incentivos fiscais	12.d	-	-	-	-	2.006	(2.006)	-	-	-	
Reserva legal	12.c	-	-	516	-	-	(516)	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	12.e	-	-	-	-	-	(4.325)	(4.325)	-	(4.325)	
Reserva especial	12.c	-	-	-	3.470	-	(3.470)	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016											
Incentivo fiscal		-	777	1.667	16.665	4.532	-	55.035	17.170	72.205	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	139	-	139	-	139	
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	14.098	14.098	-	14.098	
Reserva de incentivos fiscais	12.d	-	-	-	-	2.767	(2.767)	-	-	-	
Reserva legal	12.c	-	-	705	-	-	(705)	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	12.e	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)	-	(4.000)	
Reserva especial	12.c	-	-	-	6.626	-	(6.626)	-	-	-	
Capitalização de Reservas	12.a	777	(777)	-	179	(179)	-	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017											
		32.171	-	2.372	23.470	7.259	-	65.272	17.170	82.442	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		61.102	55.903
Receita de serviços	13	56.757	53.501
Receita de construção	13	1.576	358
Outras receitas		2.769	2.044
Insumos adquiridos de terceiros		(17.890)	(20.643)
Custos dos serviços prestados		(98)	(14.187)
Custo de construção	13	(1.561)	(356)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(16.019)	(5.267)
Outros custos		(212)	(833)
Valor adicionado bruto		43.212	35.260
Retenções		(4.102)	(3.995)
Depreciação e amortização	13	(4.102)	(3.995)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		39.110	31.265
Valor adicionado recebido em transferência		1.066	1.014
Receitas financeiras	14	1.066	1.014
Valor adicionado total a distribuir		40.176	32.280
Distribuição do valor adicionado		40.176	32.280
Pessoal e encargos		13.290	10.756
Remuneração direta		9.279	7.958
Benefícios		2.482	1.863
FGTS		1.356	438
Outros		173	496
Impostos, taxas e contribuições		11.186	9.183
Federais		8.321	6.427
Estaduais		36	22
Municipais		2.829	2.734
Remuneração capital de terceiros		1.602	2.024
Juros	9	1.271	1.838
Aluguéis		80	172
Outras		251	14
Remuneração de capital próprio		14.098	10.317
Lucro líquido do exercício		14.098	10.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.560	10.765
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	4.103	3.995
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	7	10	(12)
Margem de construção		15	(2)
Variações monetárias e encargos, líquidos		(765)	3.146
Provisão para riscos processuais		360	539
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(345)	(201)
Tributos a recuperar	5a	594	(1.373)
Estoques		(76)	(29)
Depósitos judiciais		(11)	(219)
Despesas antecipadas		(66)	6
Outros ativos		(496)	(484)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(632)	347
Obrigações com empregados e administradores		(496)	294
Tributos Pagos		(120)	(1.027)
Partes relacionadas		238	(3.801)
Outras obrigações e contas a pagar		(34)	73
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>17.839</u>	<u>12.017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
		1.356	
		1.924	
Aquisição de imobilizado	7	(331)	(407)
Aquisição de intangível	8	(1.949)	(435)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.280)</u>	<u>(842)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	9	(6.770)	(6.073)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9	(1.565)	(1.565)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.354)	(1.346)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(9.689)</u>	<u>(8.984)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>5.870</u>	<u>2.191</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		7.146	4.955
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>13.016</u>	<u>7.146</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>5.870</u>	<u>2.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

A CLN é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”), que detém 91,49% do capital da Companhia, Odebrecht Transport S.A. detém 8,50% e a Oi S.A. detém 0,01%.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o 1º Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a Companhia vinha enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou à suspensão das obras.

Em 14 de maio de 2015, foi assinado o 2º Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN, nas seguintes premissas: autorização para exploração de receitas acessórias, criação de Taxa de Fiscalização para a AGERBA, alteração do indexador de reajuste de tarifa para IPCA e ampliação do prazo de concessão em 15 anos. Assim, o item 1, da Cláusula XI, do Contrato de Concessão passa a ter a seguinte redação: (“Cláusula XI – Do Prazo da Concessão. O prazo de concessão é de 50 anos, contado da data de transferência do controle da Rodovia Principal do SISTEMA e acessos rodoviários para a CONCESSIONÁRIA”). Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenham sido devidamente autorizadas pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

b) Diligência em Acionista, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

c) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante positivo no montante de R\$77 (R\$7.196 de capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2016), devido principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para a manutenção do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

## 2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 19 de Março de 2018.

## 2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

## 2.3 Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

## 2.4 Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (*IFRIC 12*), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

## 2.5 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

### a) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

### b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12).

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

### c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## 2.6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

## 2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

## 2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.



## 2.9 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

## 2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também podem fazer parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

## 2.11 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de uso de *software*, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

## 2.12 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## 2.13 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

## 2.14 Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## 2.15 Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

#### 2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### 2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

##### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

##### Estimativas e premissas

###### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

###### *Impostos*

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### *Participação nos lucros e resultado (“PLR”)*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

## 2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.19 Instrumentos financeiros

- (i) Ativos financeiros
  - a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

- b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a INVEPAR administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

### Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

#### (i) Passivos financeiros

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. O grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações de concessão de serviço público.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos (IAS 39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### (i) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (ii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.



## 2.20 Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

## 2.21 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

## 2.22 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

## 2.23 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

## 2.24 Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não prevê impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48, onde aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber. Até as análises mais recentes, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes pela mudança de modelo de perdas incorridas para perdas esperadas.

- IFRS 15/CPC 47 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas da Companhia, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações são tratadas como revisão do CPC 06.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa	Indexador	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos				1.989	882
Certificados de depósitos bancários - CDB				8.850	2.332
Fundo Mover <sup>(a)</sup>	99,05%		Nov/26		
Certificado de Depósito Bancário – CDB		DI		-	3.851
Letras Financeiras do Tesouro		SELIC		1.762	58
Títulos Públicos Federais		IPCA		415	23
				<u>13.016</u>	<u>7.146</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2017 a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 99,05% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2016).

- (a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2017, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRORIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

#### 4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AVI (*)	1.965	1.483
Vale Pedágio	22	208
Outros	160	111
	<u>2.147</u>	<u>1.802</u>

(\*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas.

Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema eletrônico. O prazo médio de recebimento é de 46 dias.

A Companhia não registra perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 360 dias do reconhecimento do crédito.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	2.025	1.747
Vencidos em até 30 dias	16	20
Vencidos de 61 até 90 dias	18	28
Vencidos de 91 até 365 dias	88	1
Vencidos acima de 365 dias	-	6
	<u>2.147</u>	<u>1.802</u>

#### 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

##### a) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Antecipação do IRPJ e CSLL	806	1.386
IRRF - Aplicação Financeira	35	60
Saldo negativo de IRPJ	11	-
	<u>852</u>	<u>1.446</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal	25	25
Base negativa da contribuição social	9	9
Participação nos lucros e resultado (PLR)	246	217
Provisão para riscos processuais	375	252
PIS e COFINS - exigibilidade suspensa	238	201
Provisões não dedutíveis	152	72
Margem de construção (*)	(270)	(279)
Amortização do intangível (*)	(3.234)	(3.334)
Custo de emissão de dívidas - Taxa Efetiva (*)	(76)	(151)
Outros	(10)	(4)
Total	(2.545)	(2.992)
Imposto diferido - Ativo	1.045	776
Imposto diferido - Passivo	(3.590)	(3.768)

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do Regime Tributário Transitório - RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção, amortização do intangível e custo de captação são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$9, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	<u>31/12/2017</u>
2018	413
2019	18
2020	24
2021	29
2022	35
2023 a 2025	146
2026 em diante	380
Total dos ativos fiscais diferidos	1.045
Total dos passivos fiscais diferidos	(3.590)
Total dos impostos diferidos	(2.545)

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS e COFINS	210	196
ISS	384	311
IRRF e CSRF	640	755
INSS sobre terceiros	63	63
Circulante	1.297	1.325
Reinvestimento do IRPJ <sup>1</sup>	572	522
PIS e COFINS <sup>2</sup>	699	593
Não circulante	1.271	1.115

<sup>1</sup> Incentivo fiscal para empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, com o reinvestimento de 30% do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

<sup>2</sup> A Companhia possui depósitos judiciais para cobertura destas obrigações (vide nota explicativa nº12).

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.560	10.765
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.290)	(3.660)
Adições permanentes	(225)	(335)
Subvenções do lucro da exploração	2.767	2.006
Juros sobre capital próprio - JSCP	1.360	1.471
Outras adições ou exclusões	(74)	70
	(1.462)	(448)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.909)	(761)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	447	313
Total dos impostos no resultado	(1.462)	(448)
Alíquota efetiva	9,39%	4,16%

## 6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição:

			<u>31 de dezembro de 2017</u>			
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	424	-	(2.720)
CART	Compartilhamento de despesas (*)	Ligada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	5.235	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	487	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	1.459	-
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	15.711	-
	Total		<u>2</u>	<u>6.146</u>	<u>17.170</u>	<u>(2.720)</u>

			31 de dezembro de 2016			
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
PEX	Passagem pista AVI - PEX(**)	Ligada	187	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	186	-	(2.383)
CART	Compartilhamento de despesas (*)	Ligada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	3.363	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	313	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	1.459	-
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	15.711	-
	Total		189	3.862	17.170	(2.383)

(\*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de 1 mês, por isso não sofrem a correção de juros.

(\*\*) Os valores referentes a PEX estão representados na rubrica de contas a receber.

A Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

#### Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$4.978.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$2.938 durante o exercício de 2017 (R\$1.889 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Pró-labore	479	932
Bônus variáveis	1.141	620
Encargos	324	151
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	841	-
Outros benefícios	153	186
Total	2.938	1.889

## 7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2017
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	1.071	109	-	-	1.180
Móveis e utensílios	10	743	30	(2)	-	771
Veículos	20	1.528	89	(4)	-	1.613
Equipamentos de informática	20	1.388	107	(5)	(4)	1.486
Outros	25	15	-	-	-	15
		4.745	335	(11)	(4)	5.065
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(982)	(25)	-	-	(1.007)
Móveis e utensílios		(437)	(54)	2	8	(481)
Veículos		(765)	(244)	1	-	(1.008)
Equipamentos de informática		(1.040)	(139)	-	-	(1.179)
Outros		(7)	-	-	(8)	(15)
		(3.231)	(462)	3	-	(3.690)
Imobilizado líquido		1.514	(127)	(8)	(4)	1.375

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Custo					
Máquinas e equipamentos	10	1.150	6	(85)	1.071
Móveis e utensílios	10	724	30	(11)	743
Veículos	20	1.331	283	(86)	1.528
Equipamentos de informática	20	1.338	88	(38)	1.388
Outros	25	15	-	-	15
		4.558	407	(220)	4.745
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(1.051)	(16)	85	(982)
Móveis e utensílios		(391)	(55)	9	(437)
Veículos		(596)	(221)	52	(765)
Equipamentos de informática		(935)	(143)	38	(1.040)
Outros		(7)	-	-	(7)
		(2.980)	(435)	184	(3.231)
Imobilizado líquido		1.578	(28)	(36)	1.514

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

### Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

## 8. INTANGÍVEL

	<u>Taxas anuais de amortização %</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>
<b>Custo</b>						
Software	20	1.056	22	-	27	1.105
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	139.850	39	(2)	1.915	141.802
Intangível em andamento		61	1.884	-	(1.938)	7
		<u>140.967</u>	<u>1.945</u>	<u>(2)</u>	<u>4</u>	<u>142.914</u>
<b>Amortização</b>						
Software		(699)	(171)	-	-	(870)
Direito de concessão de serviços públicos		(29.176)	(3.470)	-	-	(32.646)
Total		<u>(29.875)</u>	<u>(3.641)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(33.516)</u>
Intangível líquido		<u>111.092</u>	<u>(1.696)</u>	<u>(2)</u>	<u>4</u>	<u>109.398</u>

	<u>Taxas anuais de amortização %</u>	<u>Saldos em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>
<b>Custo</b>					
Software	20	979	77	-	1.056
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	138.675	32	1.143	139.850
Intangível em andamento		878	326	(1.143)	61
		<u>140.532</u>	<u>435</u>	<u>-</u>	<u>140.967</u>
<b>Amortização</b>					
Software		(547)	(152)	-	(699)
Direito de concessão de serviços públicos		(25.768)	(3.408)	-	(29.176)
Total		<u>(26.315)</u>	<u>(3.560)</u>	<u>-</u>	<u>(29.875)</u>
Intangível líquido		<u>114.217</u>	<u>(3.125)</u>	<u>-</u>	<u>111.092</u>

(\*)A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

### Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2017.





	31/12/2015 (Reapresentado)	Amortização		Juros incorridos	Transferência	Custo de captação	31/12/2016
		Principal	Juros*				
<b>Passivo Circulante</b>							
BNB - FNE - Proinfra I e II	3.519	(3.490)	(1.374)	1.726	7.056	4	7.438
HSBC	2.664	(2.583)	(191)	110	-	-	-
Custos de captação	(4)	-	-	-	(203)	4	(203)
	<u>6.179</u>	<u>(6.073)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>1.836</u>	<u>6.853</u>	<u>4</u>	<u>7.235</u>
<b>Passivo Não Circulante</b>							
BNB - FNE - Proinfra I e II	39.238	-	-	-	(7.056)	-	32.182
Custos de captação	(445)	-	-	-	203	-	(242)
	<u>38.793</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.853)</u>	<u>-</u>	<u>31.940</u>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<u>44.972</u>	<u>(6.073)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>1.836</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>39.175</u>
Aplicações financeiras vinculadas	(2.543)	-	-	-	-	-	(1.987)
<b>Total de empréstimos e financiamentos líquidos</b>	<u>42.429</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.188</u>

\* Os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

Ano

2019	4.261
2020	4.390
2021	4.540
2022	4.559
2023 em diante	<u>10.059</u>
Total (*)	<u>27.809</u>

(\*) O valor acima de R\$ 27.809 está demonstrado pelo líquido das atividades de financiamento.

Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) são oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - FNE-PROINFRA, estão sendo amortizados em parcelas mensais desde dezembro de 2007, incidindo juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15%, liquidados em novembro de 2017. Em 2014, foi captado o montante de R\$35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período serão pagos juros mensalmente junto com as parcelas de principal.

### Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou as aplicações financeiras vinculadas a dívida no montante de R\$2.146, conforme segue:

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 99%	DI	dez/24	2.183	1.987

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB do Banco do Nordeste do Brasil. Tais aplicações são remuneradas entre 96% e 99% do índice dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia e por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate simultaneamente aos de sua liquidação.

### Garantias

O 1º e 2º financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias e fiança da controladora INVEPAR, bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio, cessão de indenização em caso de perda de arrecadação e fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do saldo devedor para o 1º financiamento e R\$1.634 equivalente a 03 (três) parcelas de maior valor, para o 2º financiamento.

Os financiamentos vigentes não possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”).

#### 10. obrigação com administradores e empregados

	31/12/2017	31/12/2016
Férias e encargos trabalhistas	960	1.161
Participação nos lucros a pagar	964	1.259
	<u>1.924</u>	<u>2.420</u>

#### 11. PROVISÃO PARA RISCOS processuais

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realizou a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza dos riscos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Trabalhistas (a)	133	160	-	293
Cíveis (b)	608	355	(155)	808
	<u>741</u>	<u>515</u>	<u>(155)</u>	<u>1.101</u>

Natureza dos riscos	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas (a)	153	49	(69)	133
Cíveis (b)	49	612	(53)	608
	<u>202</u>	<u>661</u>	<u>(122)</u>	<u>741</u>

a) Riscos trabalhistas

São parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

São parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, trabalhista, tributário e ambiental, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda.

Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação, conforme a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	242	106
Cíveis	9.553	9.307
Tributários	972	1.121
Ambiental	95	389
	<u>10.862</u>	<u>10.923</u>

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias “alternativas” (rotas de fuga) municipais, conforme descrito abaixo:

Rota de Fuga Vargem Grande

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso e obteve, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração os quais foram negados provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. O Recurso Especial foi admitido pelo STJ e julgado improcedente em novembro de 2013, desta decisão a CLN apresentou

Embargos de Declaração que foram julgados procedentes à unanimidade em maio de 2014. Tal decisão foi mantida pelo STF em dezembro de 2014. Com isso todos os julgamentos desfavoráveis à Companhia foram anulados para a realização de perícia, e posteriormente será proferida sentença na primeira instância.

### Rota de Fuga Las Palmas

No ano de 2008, a Companhia moveu uma Ação Civil Coletiva contra o Estado da Bahia, AGERBA e Prefeitura Municipal de Camaçari objetivando o reconhecimento da via Las Palmas como uma rota de fuga e, conseqüentemente, o seu fechamento. No próprio ano de 2008, a Companhia obteve uma decisão liminar autorizando o fechamento da rota de fuga, decisão esta que foi suspensa pela presidência do TJ/BA quando do julgamento da Suspensão de Liminar proposta pelo Estado da Bahia. Cumpre salientar que além da dita suspensão o Estado da Bahia e a AGERBA interpuseram recurso de Agravo de Instrumento para a 2ª Câmara do TJ/BA, que foram julgados improcedentes à unanimidade pela turma julgadora. Com esta decisão, a Companhia requereu o cumprimento da decisão dos agravos sob a tese de que por ser posterior a decisão da Suspensão de Liminar, prevaleceria sobre esta, o que foi acatada inicialmente, pelo MM. Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública que posteriormente voltou atrás em julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Camaçari. Desta decisão, a CLN interpôs Agravo de Instrumento obtendo decisão monocrática favorável e conseqüentemente fechando a Rota de Fuga. No entanto, em dezembro de 2013, a Turma julgou o Agravo de Instrumento interposto improcedente, o que ensejou que a Companhia apresentasse Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento.

A ação principal que julga o mérito encontra-se também pendente de julgamento, todavia, em 06 de março de 2014, o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado – (“PGE”) reconheceu no processo que Las Palmas é uma rota de fuga, pedindo ainda que o Juiz considerasse esse posicionamento quando da prolação de sentença.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão à certidão expedida pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia – (“DERBA”), em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, a qual não considera as vias de acesso municipal.

### Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	50	105
Cíveis	8	47
Tributários (*)	997	891
	<u>1.055</u>	<u>1.044</u>

(\*) A Companhia vem depositando em juízo PIS e COFINS incidente sobre o montante do ISS excluído da base de cálculo dessas contribuições.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$31.394 e está representado por 31.393.516 ações sem valor nominal, sendo 10.467.476 ordinárias e 20.926.040 preferenciais classe A, que para efeito de subscrição têm valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. O capital social autorizado é de 32.000.000 de ações.

Dessa forma, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 32.171 e está representado por 31.393.516 ações sem valor nominal, sendo 10.467.476 ordinárias e 20.926.040 preferenciais classe A, que para efeito de subscrição têm valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. O capital social autorizado é de 32.000.000 de ações.

Em 28 de abril de 2017, através da Ata Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado aumento de capital, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de reservas de capital, no valor de R\$777.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- I. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- II. Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações.
- III. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.
- IV. Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.
- V. Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está assim constituída:

Acionistas	Ações		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
INVEPAR	10.463.020	18.257.592	28.720.612
Odebrecht Transport S.A. - OTP	-	2.668.448	2.668.448
Oi S.A.	4.456	-	4.456
Total	10.467.476	20.926.040	31.393.516

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Acionistas	31/12/2017	31/12/2016
INVEPAR	15.711	15.711
Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO (*)	1.459	1.459
	17.170	17.170

(\*) Antigo acionista da CLN, detentor do direito sobre o AFAC.

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 essa reserva montava a R\$2.372 (R\$1.667 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Reserva especial

Com base no §5 do art. 202 da lei das sociedades por ações, a Companhia destinou no exercício de 2017 o montante de R\$6.626 (R\$3.470 em 31 de dezembro de 2016) a título de reserva especial. Em 31 de dezembro de 2017, a reserva especial totalizava R\$23.470 (R\$16.665 em 31 de dezembro de 2016) a ser utilizada a critério da Companhia.

d) Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía ainda reserva de lucro de incentivos fiscais referente a lucro de exploração no montante de R\$7.259 e 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$4.532 e reserva de capital no montante de R\$777 vinculadas a incentivos fiscais (redução de imposto de renda). Em 28 de abril de 2017, a reserva de capital foi totalmente integralizada ao capital social.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia provisionou antecipadamente o montante de R\$4.000 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 30 de outubro de 2017.

O JSCP antecipado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 superou o montante de dividendos mínimos obrigatórios, dispensando a Companhia da obrigatoriedade de destinação do mesmo, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	14.098
Reserva legal - 5%	(705)
(-) Subvenções referente ao Lucro da Exploração	<u>(2.767)</u>
Lucro antes da destinação	<u>10.626</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>2.656</u>
JSCP a distribuir	3.400
IR s/ JSCP a distribuir	600
Complemento dividendo mínimo obrigatório adicional- 25%	-
Reserva especial	6.626

Em 11 de janeiro de 2017, foi pago a título de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2016 o montante líquido de R\$ 1.354.

### 13. RECEITA, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados findos 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

<u>Receitas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de pedágio	55.431	52.689
Outras receitas acessórias	1.326	812
ISS	(2.828)	(2.670)
PIS	(382)	(356)
COFINS	<u>(1.764)</u>	<u>(1.642)</u>
Receita líquida de serviços	51.783	48.833
Receita de construção	1.576	358
Receita Total	<u><u>53.359</u></u>	<u><u>49.191</u></u>



<u>Custos e Despesas por natureza</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal e encargos	(15.179)	(12.667)
Conservação e manutenção	(5.810)	(10.435)
Comunicação, marketing e publicidade	(381)	(475)
Seguros e garantias	(397)	(351)
Serviços de terceiros	(2.730)	(3.127)
Veículos	(569)	(558)
Consultoria e assessoria	(880)	(423)
Aluguéis e impostos	(201)	(233)
Energia elétrica	(278)	(276)
Provisão para riscos	(360)	(538)
Serviços compartilhados (a)	(2.720)	(2.383)
Depreciação e amortização	(4.102)	(3.995)
Custo de construção	(1.562)	(356)
Outros	(2.173)	(1.771)
	<u>37.342</u>	<u>(37.588)</u>
Custo de serviços prestados	(23.199)	(26.264)
Custo de construção	(1.561)	(356)
Despesas gerais e administrativas	(12.582)	(11.006)
Outras receitas e despesas operacionais	-	38
	<u>37.342</u>	<u>(37.588)</u>

- (a) Refere-se basicamente a rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo INVEPAR ao qual a Companhia pertence que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado (ver nota explicativa nº 7).

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente a receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

#### 14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.004	887
Variação monetária ativa	62	127
Total	<u>1.066</u>	<u>1.014</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(235)	(16)
Juros passivos sobre empréstimos	(1.288)	(1.836)
Total	<u>(1.523)</u>	<u>(1.852)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(457)</u>	<u>(838)</u>

## 15. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	4.699	9.399	14.098	3.439	6.878	10.317
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações (milhares)	10.467	20.927	31.394	10.467	20.927	31.394
Resultado básico e diluído por ação – em Reais						
	0,449	0,449	0,449	0,329	0,329	0,329

## 16. SEGUROS

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita, responsabilidade civil e seguro auto frota, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade	Cobertura	Vigência	Seguradora	Objeto
Seguro garantia*	5.393	23/02/17 a 23/02/18	Austral	(a)
Responsabilidade civil geral	56.273	01/08/17 a 01/08/18	Tokio Marine	(b)
Resp. Civil Administradores D&O	100.000	20/03/17 a 20/03/2018	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	280.000	01/08/17 a 01/08/18	Bradesco Seguros	(d)
Auto frota	Tabela Fipe	20/10/17 a 20/10/18	Itaú	(e)

- Garantir a execução das obrigações firma das assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.
- Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.
- Garantir, até o limite máximo da importância segurada, para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O), nos casos de danos a reputação, custos de investigação, bloqueio de conta corrente, avalistas e fiadores, práticas trabalhistas indevidas, danos morais, danos corporais e materiais, erros e omissões, responsabilidade por tributos, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente.
- Garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

- e. Garantir, em caso de sinistro, prejuízos que a frota segurada venha a sofrer, pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, incluindo os valores de franquias, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

\*A apólice de seguro garantia venceu em 23 de fevereiro de 2018 e foi renovada até 23 de fevereiro de 2019.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e de 2016 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.839	-	3.214	-
Aplicações financeiras	2.177	-	3.932	-
Aplicações financeiras vinculadas (*)	2.183	-	1.987	-
Créditos a receber	-	2.147	-	1.802
Total do ativo	<u>15.199</u>	<u>2.147</u>	<u>9.133</u>	<u>1.802</u>
Passivos				
Fornecedores	-	2.410	-	3.042
Partes relacionadas	-	424	-	186
Empréstimos e financiamentos	-	32.350	-	39.176
Total do passivo	<u>-</u>	<u>35.184</u>	<u>-</u>	<u>42.218</u>

(\*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de tributos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

*a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

*b. Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

*c. Empréstimos e financiamentos*

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitas mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI, SELIC e IPCA. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía operações com hedge ou derivativos.

e) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à certificado de depósitos bancários – CDB, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 8.850 (Nota Explicativa nº 3), R\$ 2.177 (Nota Explicativa nº 3), R\$2.183 (Nota Explicativa nº 09) e R\$32.350 (Nota Explicativa nº 09), respectivamente em 31 de dezembro de 2017.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos\* financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

\* A Administração não considera que as operações de passivo financeiro possuam expectativa variável relevante de risco para apresentação.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI ativo (% ao ano)	9,78%	7,34%	4,89%
SELIC (% ao ano)	9,80%	7,35%	4,90%
IPCA (% ao ano)	2,95%	2,21%	1,48%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Operação	Risco	31/12/2017	Cenário		
			provável	Cenário A	Cenário B
<u>Ativo financeiro</u>					
Equivalente de caixa					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	8.850	865	649	433
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro – LFT	SELIC	415	41	31	20
Títulos públicos federais – NTNFB	IPCA	1.762	52	39	26
<u>Ativo financeiro não circulante</u>					
Aplicações Financeiras Vinculadas*					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	2.183	213	160	107

\* Registrado para efeito de apresentação no passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 2.23)

#### g) Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos e financiamentos	32.350	39.176
Caixa e equivalentes de caixa	(10.839)	(3.214)
Aplicações Financeiras	(2.177)	(3.932)
Aplicações Financeiras Vinculadas (*)	<u>(2.183)</u>	<u>(1.987)</u>
Dívida líquida	17.151	30.043
Patrimônio líquido	<u>82.442</u>	<u>72.205</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>99.593</u>	<u>102.248</u>

(\*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Nota explicativa nº 10).

#### 18. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia possui no período a transação não caixa abaixo que foi excluída do fluxo de caixa. Esta transação é referente a provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	100	52

